

Nunes, Naidea Nunes, “A Emigração de Água de Pena e a sua Antroponímia nos Livros de Passaportes do Governo Civil do Funchal de 1955 a 1970”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, nº 1, 2019, 263-289, Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), Direção Regional da Cultura da Região Autónoma da Madeira. ISSN 2184-5743.

A Emigração de Água de Pena e a sua Antroponímia nos Livros de Passaportes do Governo Civil do Funchal de 1955 a 1970

The Emigration of Água de Pena and its Anthroponymy in the Passport Books of the Civil Government of Funchal from 1955 to 1970

Naidea Nunes Nunes¹

Resumo

No período de 1955 a 1970, os anos de 1957, 1964, 1969 e 1970 são os que registam maior número de passaportes concedidos a residentes na freguesia de Água de Pena, sobretudo do concelho de Machico. Em 1957, o destino de emigração mais procurado é o Brasil, seguido da Venezuela. No ano de 1964, a grande procura é o embarque para a Venezuela, que se mantém em 1969, embora com decréscimo. Enquanto, em 1970, o destino mais procurado é a Inglaterra, seguido da Venezuela, com grande redução. Assim, no período estudado, foram concedidos 243 passaportes para a Venezuela, 125 para o Brasil e, a partir de 1970, a Inglaterra surge como

¹ Docente no Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira (naidean@staff.uma.pt). É doutorada em Linguística Românica pela Universidade da Madeira e pós-doutorada em Ciências da Linguagem e Linguística Aplicada pelo Instituto Universitário de Linguística Aplicada (IULA) da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona (Espanha). Mestre em Linguística Portuguesa e licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É membro investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL) da Universidade da Madeira. Publicou vários estudos e ensaios na área da Linguística, sobretudo direcionados para o conhecimento do léxico, participando em colóquios e revistas científicas nacionais e internacionais. Da sua bibliografia destacam-se os seguintes livros: 1999, *Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI) e Repertório onomástico histórico da Madeira*, em coautoria com Dieter Kremer, Coleção Patronymica Romanica, Tübingen, Niemeyer; 2003, *Palavras Doces. Terminologia e tecnologia históricas e atuais da cultura açucareira: do Mediterrâneo ao Atlântico*, Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA); e 2010, *Outras palavras doces. Glossário comparativo da atual terminologia açucareira no Atlântico: Madeira, Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil (com referências à Venezuela e à Colômbia)*, Secretaria Regional de Educação e Cultura, CEHA. Tem como principais áreas de investigação e interesse: Linguística Histórica, Linguística Sociocultural, Lexicologia e Lexicografia, Onomástica, Terminologia, Dialektologia e Cultura Popular.

novo destino de emigração, com 77 passaportes atribuídos. Os registos de passaportes do Governo Civil do Funchal permitem conhecer os nomes próprios e os nomes de família dos migrantes, observando a frequência de prenomes como *Beatriz*, *João*, *José*, *Maria* e *Manuel*. Assistimos a uma diversificação destes com o passar do tempo, a par da tendência para a formação de prenomes compostos por dois nomes, como *João Manuel* e *Maria José*. Quanto aos nomes de família, predominam as formas *Freitas*, *Nunes*, *Pereira* e *Vieira*, assim como as composições *Freitas Branco* e *Fernandes Belo*, entre outras. Encontramos algumas alcunhas que já são nomes de família, como *Bisca*, e mesmo um nome de profissão, *Carregador*.

Palavras-chave: Emigração; Água de Pena; Ilha da Madeira; Livros de Passaportes; Governo Civil do Funchal, 1955-1970; Antroponímia.

Abstract

From 1955 to 1970, the years 1957, 1964, 1969 and 1970 were the ones that registered the highest number of passports granted to residents of the parish of Água de Pena, mainly from the municipality of Machico. In 1957, the most sought after emigration destination is Brazil, followed by Venezuela. In 1964, the great demand is the departure to Venezuela, which remains in 1969, although with decrease, whereas in 1970 the most sought after destination is England, followed by Venezuela, with a great reduction. Thus, in the period studied, 243 passports were granted to Venezuela, 125 to Brazil and, from 1970 onwards, England emerges as a new emigration destination, with 77 passports. The passport records of the Civil Government of Funchal allow us to know the emigrants' first names and family names, observing the frequency of first names such as *Beatriz*, *João*, *José*, *Maria* and *Manuel*. We witness a diversification of first names over time, along with the trend towards the formation of first names composed of two names, such as *João Manuel* and *Maria José*. As for family names, the *Freitas*, *Nunes*, *Pereira* and *Vieira* predominate, as well as the compositions *Freitas Branco* and *Fernandes Belo*, among others. We found some nicknames that are already family names, like *Bisca*, and even a profession name, *Carregador* (*Porter*).

Keywords: Emigration; Água de Pena; Madeira Island; Passport Books; Civil Government of Funchal, 1955-1970; Anthroponymia.

Da ilha da Madeira, partiram muitos indivíduos para várias partes do mundo à procura de melhores condições de vida. Depois do Brasil e do Curaçau, foram a Venezuela e a África do Sul os principais destinos de migração dos madeirenses. Entre 1955 e 1970, a Venezuela destaca-se como país de acolhimento da migração madeirense, com o maior número de passaportes atribuídos. Nascimento² diz-nos que a primeira fase da emigração madeirense

² NASCIMENTO, 2009, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*.

para a Venezuela (entre 1940 e 1960) foi por necessidade, ou seja, por fuga à miséria ou pobreza. Enquanto a segunda fase, entre 1961 e 1974, foi forçada para fugir ao serviço militar em África. Defende que as notícias do sucesso de outros conterrâneos na Venezuela motivaram os madeirenses a embarcarem para este país, fugindo à escassez de trabalho e à dureza deste na Ilha, sendo uma possibilidade de melhorar as suas condições de vida. Sobre as duas principais fases da emigração madeirense para a Venezuela, a autora informa que, entre 1937 e 1940, diversos madeirenses emigraram para o Curaçau, mas, devido aos fracos salários ou ao fim do contrato, optaram por partir para a Venezuela, sendo a partir de 1945 e na década de 50 que se verificou o mais forte aumento emigratório para aquele país. Os madeirenses, como eram agricultores, começavam por trabalhar na terra, mas, depois, muitos passavam para a área do comércio, por exemplo em padarias, *abastos* (mercearias), *areperas* (de vender *arepas*) e *chicharroneras* (de *chicha*, “carne comestível”).

Sobre o processo de emigração, Nascimento³ diz-nos que, em 1956, para ter autorização para embarcar eram necessários os seguintes documentos: o requerimento ao governador civil do Distrito Autónomo do Funchal para a concessão do passaporte, o recenseamento/documento militar, o registo criminal, o atestado médico, a certidão de diploma (conclusão do ensino primário elementar), o requerimento para a obtenção do *permiso* ou *visa de ingreso* na Venezuela, o termo de responsabilidade de quem enviou a carta de chamada e o boletim de informação da Junta da Emigração. Em caso de casamento, era necessário o requerimento ao governador civil para averbar o estado de casado ao passaporte do marido, o requerimento à mesma entidade para a autorização do embarque de ambos, assim como a concessão do passaporte à mulher, o atestado médico, o registo de casamento, a declaração consular a aprovar a entrada na Venezuela (*permiso* ou *visa de entrada*) e o boletim de informação da Junta da Emigração. Acrescenta que, neste último boletim:

«constam os dados pessoais do requerente, as pessoas que acompanham o emigrante, o meio de transporte desejado, as habilitações literárias e profissionais, as condições económicas de trabalho no país e a razão da pretensão, o nome das

³ NASCIMENTO, 2009, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*.

peçoas da família a seu cargo que ficam no país e a informação se a emigração é feita com carta de chamada, contrato de trabalho ou termo de responsabilidade.»⁴

Estas informações sobre a documentação exigida no processo de emigração dos madeirenses para a Venezuela são relevantes, uma vez que, apesar de serem necessários tantos procedimentos, são muitos os passaportes concedidos a residentes da freguesia de Água de Pena, no período de 1955 a 1970, tendo como destino aquele país da América Latina.

A Emigração de Água de Pena nos Livros de Passaportes (1955-1970)

No levantamento dos registos de passaportes concedidos a residentes na freguesia de Água de Pena, pertencentes tanto ao concelho de Machico como ao de Santa Cruz⁵, entre 1955 e 1970⁶, registámos maior número de migrantes do primeiro concelho do que do segundo: respetivamente 399 de Machico (mais 5 da freguesia e concelho de Machico) e 158 de Santa Cruz (mais 1 da freguesia de Gaula e 7 da freguesia e concelho de Santa Cruz). No ano de 1956, entre os residentes em Água de Pena, surgem dois indivíduos nascidos no Funchal, em Santa Maria Maior; em 1957, um no Monte e dois em Santa Maria Maior; em 1958, um em S. Pedro; em 1966 e em 1967, um no Monte; em 1969, um em S. Pedro, dois em Santa Maria Maior e dois em S. Gonçalo; em 1970, um em S. Gonçalo, no Funchal, sendo casos raros, na altura, os que nasciam em hospitais ou maternidades. Encontrámos ainda, no ano de 1969, um homem de Água de Pena (Machico) casado com uma mulher da Calheta, cujos três filhos nascidos na Calheta vão com eles para a Venezuela, e um indivíduo da Calheta casado com uma mulher de Água de Pena (Santa Cruz), que vão com a filha nascida no Funchal para a Venezuela. Estes casos mostram alguma mobilidade interna dentro da ilha, sobretudo de homens que vão trabalhar para concelhos distantes como a Calheta e vice-versa, da Calheta para Água de Pena, tal como acontece

⁴ NASCIMENTO, 2009, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, p. 44.

⁵ Esta divisão da freguesia de Água de Pena entre os dois municípios deixou de existir a 13 de abril de 1989, quando foi integrada na freguesia de Santa Cruz, devido ao seu reduzido número de habitantes.

⁶ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil do Funchal, Livros de registos de passaportes concedidos, 1955-1970, lv.^{os} 1142-1185.

na emigração, talvez por influência familiar, devido ao facto de algum parente ou conhecido já se ter deslocado para esse concelho e por ter surgido uma oportunidade de trabalho, acabando por casar com raparigas desses lugares de destino na ilha.

Na sistematização dos dados compulsados a partir dos registos de passaportes concedidos, no que se refere aos destinos dos emigrantes por anos, constatamos que, no ano de 1955, o destino mais procurado é o Brasil (BR) com 10 indivíduos, seguindo-se a Venezuela (VE) com 7 indivíduos e Joanesburgo (África do Sul – ZA) com 1. Em 1956, atestámos 12 passaportes concedidos para o BR, 10 para a VE e 1 para a ZA. Em 1957, documentámos 24 para o BR, 18 para a VE, 9 para o Curaçau (Antilhas Holandesas – AN), 1 para os EUA (US), 1 para a Argentina (AR) e 1 para Inglaterra (GB), enquanto, em 1958, temos 20 para a VE, 16 para o BR e 6 para AN. Neste ano, começamos a ver o predomínio da emigração com destino à VE, em detrimento do BR. Em 1959, registámos 14 passaportes tendo como destino a VE, 9 para o BR, 7 para AN, 1 para os “EUAN” (Estados Unidos da América do Norte – US) e 1 para o Canadá (CA). Em 1960, a VE apresenta 18 passaportes concedidos, 12 para o BR, 3 para GB, 1 para a “América do Norte” (US) e 1 para a ZA. No ano de 1961, curiosamente, encontrámos 9 para o BR, 7 para a VE, 5 para “South Africa” (ZA), 2 para GB e 1 para a Austrália (AU). Seguidamente, em 1962, averbámos 8 para a VE, 5 para a ZA, 3 para as AN, 1 para a GB e 1 para a AR.

Por sua vez, em 1963, ocorrem 23 passaportes para a VE, a par de 11 para o BR, 2 para a GB, 1 para a ZA e 1 para a Alemanha (DE). Em 1964, são 31 os passaportes concedidos para a VE, 10 para a ZA, 3 para os US, 3 para a FR, 2 para a GB, 1 para a AU, 1 para a AR e 1 para vários países da Europa (vpE). Salientamos aqui um grande acréscimo da emigração desta freguesia, com a predominância do destino da Venezuela, bem como um crescimento do destino da África do Sul. Em 1965, mantém-se o predomínio da VE com 18 passaportes, 6 para o BR, 5 para a GB, 1 para os US e 1 para vpE. No ano de 1966, observamos a continuação do domínio da VE, com 11 passaportes, mas já com tendência decrescente, a par da GB com 11, da ZA com 7, do BR com 4 e do CA com 1. Em 1967, testemunhamos 14 passaportes atribuídos para a VE, 9 para o BR, a par da GB também com 9, 4 para o CA, 2 para vpE, 1 para as AN e 1 para a AU. No ano de 1968, são 10 para a ZA (incluindo 2 para o Transvaal),

8 para a VE, 2 para o CA, 2 para a GB, 1 para os US, 1 para vpE, 1 para a DE e 1 para as AN, notando-se um acréscimo de emigrantes para a ZA. Em 1969, temos 22 passaportes para a VE, 12 para a GB, 9 para a ZA, 3 para os US, 3 para vpE, 1 para a FR, o CA e a AU.

Salientamos o aumento da procura do destino GB face à ZA. Já em 1970, existem 27 passaportes concedidos para a GB, 14 para a VE (com um grande decréscimo), 5 para a ZA, 5 para a Rodésia (ZI), 3 para o BR, 2 para o CA e 2 para vpE. A tabela n.º 1 mostra que, nos anos em estudo, predomina claramente a emigração para a Venezuela, com 243 indivíduos, tendo como ano de maior número de passaportes concedidos o de 1964. Em segundo lugar, fica o Brasil, com 125, com o pico mais elevado de migração no ano de 1957. A GB surge em terceiro lugar, com 77 indivíduos, sendo um novo destino de migração madeirense a partir de 1966 com 11 indivíduos, 9 no ano seguinte, 12 em 1969 e 27 em 1970, o número mais significativo para este destino, com tendência a crescer nos anos seguintes. Em quarto lugar, encontramos a África do Sul (ZA) com 55 passaportes concedidos, tendo como anos de maior expressão ou procura 1964, 1968 e 1969. As Antilhas Holandesas (AN) surgem em quinto lugar com 27 indivíduos, apresentando o maior número de passaportes (9) atribuídos no ano de 1957.

Tabela n.º 1 – Sistematização dos Números de Migrantes de Água de Pena e dos Destinos de Emigração (1955 a 1970)

Ano/ País	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	Total
BR	10	12	24	16	9	12	9		11		6	4	9			3	125
VE	7	10	18	20	14	18	7	8	23	31	18	11	14	8	22	14	243
AN			9	6	7			3					1	1			27
ZA	1	1				1	5	5	1	10		7		10	9	5	55
ZI																5	5
GB			1			3	2	1	2	2	5	11	9	2	12	27	77
US			1		1	1				3	1			1	3		11
AU							1			1			1		1		4
CA					1							1	4	2	1	2	11
AR			1					1		1							3
DE									1					1			2
FR										3					1		4

vpE										1	1		2	1	3	2	10
Total	18	23	54	42	32	35	24	18	38	52	31	34	40	26	52	58	577

Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil do Funchal, Livros de registos de passaportes concedidos, 1955-1970, lv.^{os} 1142-1185.

Relativamente às profissões indicadas pelos requerentes dos passaportes, quase todas as mulheres são domésticas e os homens são agricultores ou trabalhadores agrícolas. Salientamos, no entanto, o facto de, entre os que pedem passaporte para emigrar para o Brasil, 11 mulheres serem bordadeiras, entre 1955 e 1962, época em que iam trabalhar para fábricas de bordados, sobretudo no Rio de Janeiro. Alguns homens que vão para o Brasil são jardineiros, 7 de 1955 a 1962, a que acresce um que vai para a Venezuela neste último ano. Ainda para o Brasil, sublinhamos o registo de um pedreiro em 1955 e um em 1967, um carregador em 1958, um comerciante em 1963 e um aparelhador em 1970. Alguns destes trabalhadores que emigraram para o Brasil foram trabalhar como carregadores, principalmente de sacas de café, nos portos de embarque de mercadorias. Também é interessante notar que, na emigração para Inglaterra, a partir de 1959, constam 3 cozinheiros (incluindo um de 3.^a classe), 3 trabalhadores da indústria hoteleira, juntamente com 2 empregados de mesa, mas também um jardineiro em 1963, a par de agricultores e mulheres domésticas. Em 1965, temos um passaporte concedido para a Inglaterra a um ajudante de cozinha, em 1966 a um empregado de mesa e, em 1967, a uma criada, duas domésticas e um ajudante de cozinha. Encontramos ainda um passaporte atribuído a um comerciante para vários países da Europa em 1967, a um cozinheiro para Inglaterra em 1968, assim como a um ajudante de cozinha e a um criado de mesa, em 1969. É a partir deste ano que começa a aparecer a palavra estudante, para jovens dos 11 aos 15 anos: 2 para a Venezuela, um para a América do Norte, um para França e um para a Rodésia, que emigram juntamente com os pais, com a mãe ou sozinhos para se juntarem ao pai. Aferimos ainda a ocorrência de um proprietário que solicita passaporte para vários países da Europa, em 1970, assim como um construtor civil e um bombeiro; e ainda um empregado do comércio que vai para Inglaterra e um para o Curaçau (neste último caso, certamente para se juntar a algum familiar).

A Antroponímia dos Emigrantes de Água de Pena (1955-1970)

Os nomes dos emigrantes de Água de Pena que constam nos livros de passaportes do Distrito Autónomo do Funchal, entre 1955 e 1970, dão-nos informações sobre a antroponímia da época, na Ilha da Madeira. Pois, os antropónimos fornecem informações históricas, linguísticas e socioculturais importantes sobre o período a que pertencem. A formação dos nomes dos indivíduos depende de critérios linguísticos e geográficos, de fatores históricos, sociais e culturais, da tradição cristã (nomes de inspiração religiosa) e pagã e da tendência inovadora da época, resultante da moda ou do gosto dominante⁷.

Utilizamos a terminologia antroponímica do projeto *Patronymica Romanica* (PatRom), proposta por Kremer (1997), que substitui a de Leite de Vasconcelos (1928). A nova terminologia permite descrever com maior precisão os antropónimos bem como a sua posição e função na cadeia antroponímica dos nomes dos indivíduos. Assim, o termo “prenome” corresponde ao “nome próprio”, designando o primeiro nome de um indivíduo, que pode ser composto, isto é, constituído por dois elementos antroponímicos, como *João Baptista* (neste caso uma unidade fixa de origem religiosa), por oposição ao prenome simples *João*. Os prenomes compostos podem ainda ser formados por um prenome seguido de um complemento onomástico, por exemplo os nomes motivados por evocações marianas: *Maria das Neves*, *Maria das Dores*, *Maria da Luz*. A adoção do termo “prenome” para o primeiro nome leva a utilizar a denominação “segundo nome”, em vez de “sobrenome” e “apelido” ou nome de família, para referir a unidade antroponímica que segue o prenome. Como escreve Castro (2001: 1), «o nome próprio ou prenome é o vocábulo ou vocábulos que ocupam a primeira posição na sequência de nomes que cada pessoa usa e que servem para a distinguir dos restantes indivíduos do seu grupo», ou seja, dentro da família.

O “segundo nome” tem a função de identificar o indivíduo no contexto social, sendo um nome hereditário ou de família. Ao “segundo nome” podem seguir-se outros elementos apelativos ou identificativos do indivíduo, um

⁷ Cf. NUNES, Naidea Nunes, 1996, *Antroponímia Primitiva da Madeira (séculos XV e XVI)*, Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

“terceiro nome” e um “quarto nome”, que também são ou podem vir a ser apelidos (como é o caso das alcunhas). Estas unidades constituem, inicialmente, elementos de identificação individual, na comunidade a que pertencem, especificando características físicas, morais ou sociais dos indivíduos, podendo fixar-se, mais tarde, como nomes de família. Os segundos, terceiros e quartos nomes podem ser nomes constituídos por patronímicos (geralmente, formados na Idade Média, a partir do prenome do pai, por exemplo *Henriques*, filho de *Henrique*), nomes geográficos ou nomes de origem, nomes étnicos, alcunhas e nomes de profissão. Estes últimos três tipos antroponímicos são nomes delexicais, ou seja, nomes provenientes do léxico geral ou comum.

Ao contrário dos prenomes, que têm a sua origem, geralmente, na tradição e que identificam uma pessoa na família, os nomes delexicais, retirados do vocabulário corrente, identificam e qualificam uma pessoa socialmente. O grande grupo dos nomes de família delexicais é um testemunho precioso da língua falada ou popular da respetiva época e, por vezes, permite registar pela primeira vez esse elemento lexical, tendo grande interesse para a história da língua. No entanto, nem sempre é fácil definir o significado concreto de uma alcunha. Pois, na maior parte das vezes, não conhecemos a motivação real da denominação e uma interpretação apenas pode indicar significações possíveis⁸. Deste modo, um nome de pessoa ou antroponímico é constituído por prenomes e patronímicos, nomes de origem ou geográficos e nomes delexicais (étnicos, alcunhas e nomes de profissão), formando uma cadeia antroponomástica complexa. Posto isto, procuraremos conhecer, através dos antroponímicos dos emigrantes de Água de Pena, entre 1955 e 1970, as unidades antroponímicas mais frequentes que ocorrem como prenomes, segundos, terceiros e quartos nomes dos indivíduos.

Nos registos de passaportes analisados, encontramos muitos prenomes e, sobretudo, segundos e terceiros nomes como nomes de família, na formação da cadeia antroponomástica dos indivíduos da freguesia de Água de Pena. Em primeiro lugar, podemos observar que os indivíduos mais velhos ou dos primeiros anos em estudo, tanto homens como mulheres, apresentam nomes muito simples, compostos apenas por um prenome e um segundo nome como

⁸ Cf. NUNES, Naidea Nunes, 2016, “Alcunhas”, *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, Aprender Madeira. <http://aprenderamadeira.net/alculhas/>

nome de família, com casos frequentes de homonímia. Nos prenomes, predominam os indivíduos do sexo masculino chamados *João*, *José* e *Manuel*, enquanto os nomes femininos mais populares são: *Beatriz* (provavelmente por este ser o nome da santa padroeira da paróquia de Água de Pena) e *Maria*, nome religioso evocativo da mãe de Jesus Cristo. Com o avançar dos anos, surgem cada vez mais prenomes compostos variados, sobretudo de influência religiosa, tanto femininos (nomes marianos) como masculinos: *Manuel Arnaldo*, *Maria Celeste*, *José Plácido*, *José Manuel*, *José Agostinho*, *António Clemente*, *Avelino Hilário*, *Maria de Jesus*, *Margarida da Paz*, *Irene José*, *Maria Celestina*, *Maria da Graça*, *Maria de Assis*, *Maria Madalena*, *Maria de Assunção*, *Manuel José*. Curiosamente, encontramos uma mulher com um prenome composto de três nomes individuais, *Maria Catarina Luísa*, com apenas um segundo nome ou nome de família. A ocorrência de apenas um nome de família, que será o nome do pai, no registo dos nomes dos indivíduos é frequente, principalmente nos prenomes femininos compostos. Por vezes, os filhos menores, cujos nomes estão agregados a um dos progenitores ou aos dois, apenas são identificados com prenomes compostos, por exemplo: *José Evangelista* e *Maria Teresa*. Ficamos sem saber se o seu nome é constituído apenas por estes elementos ou se se deve ao facto de, nestes casos, não ser necessário documentar o(s) respetivo(s) nome(s) de família.

Predominam os nomes de família de origem patronímica, como: *Fernandes* (de *Fernando*), *Pires* (de *Pedro*⁹), *Nunes* (de *Nuno*) e *Rodrigues* (de *Rodrigo*), e de origem geográfica, por exemplo: da *Costa*, de *Mendonça*, de *Freitas*, de *Nóbrega*, de *Sousa*, de *Vasconcelos*, de *Viveiros*, *Ferreira*¹⁰, *Teixeira*¹¹, (de) *Oliveira* e (de) *Olival*, em que a preposição *de* (com tendência a ser omitida e desaparecer) é indicativa de proveniência (geralmente de nomes fitotoponímicos). São poucos os nomes de origem delexical, alcunhas e nomes de profissões, que são nomes de família: *Abundança*, *Coelho*, *Branco*, *Belo*, *Bisca*, *Carregador*, *Machado*, *Maio*, *Patudo*, *Pombo*, *Relva*, *Sabido*. Como dito

⁹ Cf. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado (1993): *Pires* é uma forma divergente, por evolução fonética meridional, de *Peres*, apelido proveniente do patronímico regular de *Pêro*, forma proclítica antiga de *Pedro*.

¹⁰ Cf. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado (1993): nome de família proveniente do topónimo *Ferreira*, com o significado primitivo de “mina de ferro”.

¹¹ Cf. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado (1993): do topónimo *Teixeira*, derivado de *teixo*, nome de arbusto, que se tornou nome de família.

em Nunes e Kremer (1999: 5), os nomes de lexicais, tirados do vocabulário corrente, são testemunho da língua falada ou popular da sua época e revelam muito sobre a sociedade local e regional a que pertencem os indivíduos nomeados. São inicialmente atributos individuais com pleno significado, que identificam socialmente um indivíduo. Estes elementos identificativos de origem popular podem ser efémeros ou tornar-se fixos e hereditários, passando a nomes de família. São responsáveis pela riqueza e diversidade do património antroponímico português, ocorrendo como segundos, terceiros e quartos nomes, tendo vindo a ser nomes de família sobretudo das classes sociais mais baixas, tal como os nomes de profissões. Os nomes de família mais correntes, nos anos em estudo, são: *Belo, Branco, Coelho, Fernandes, Freitas, Nunes, Pereira e Vieira*. Observamos na composição dos nomes de família como os indivíduos se vão juntando, através dos casamentos, originando diferentes combinações de apelidos numa cadeia antroponímica cada vez mais complexa.

Nos primeiros anos em estudo, predominam as cadeias antroponímicas constituídas apenas por um prenome, como: *Clementina, Manuel, Adelino, Conceição, Virgínia, João, Mercês, Maria, Júlio, Fernanda, José, Joana, Beatriz, Tiago, Diodora, Lúcia, Agostinho, Luís, Álvaro, Raul, Augusta, Zeferina, António, Francisco, Lucinda, Delfina, Luciana, Zulmira, Felisberta, Benvinda, Leonor, Guilhermina*, e um nome de família ou segundo nome, por exemplo: *Vieira, Dias, Carvalho, dos Santos, Batista, de Mendonça, Cabral, de Castro, Correia, Coelho, Nunes, Perestrelo, de Sousa, de Freitas, Teixeira, Monteiro, Pereira, Rodrigues, Alves, Cardoso, Evangelista, Pestana, Gonçalves, Olival, de Vasconcelos e de Lousas*¹², o que explica a existência de alguns homónimos. Talvez, por isso, tenha surgido a necessidade de atribuição de prenomes compostos, masculinos e femininos, como: *Manuel Arnaldo, Maria Celeste, Evangelista Quirino, José Plácido, José Manuel, Maria Dolores, José Agostinho, António clemente, Avelino Hilário, Maria de Jesus, Margarida da Paz, Augusta de Jesus, Irene José, Maria Celestina, Maria Cecília, Maria Fernanda, Maria da Graça, Maria de Assis, Agostinho Alexandrino, Fernando Quirino, Maria Madalena, Germano Bento, Maria de Assunção, Manuel Basílio, Manuel Evangelista, Ana Cecília, Maria da*

¹² Cf. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado (1993): nome de família proveniente de um topónimo do norte de Portugal, nomeadamente de Barcelos, Oliveira de Azeméis, Castelo de Paiva e Boticas, sendo o plural de *Lousa*.

Conceição, Manuel Arlindo, Maria José, João António, Maria Felismina, Arlindo Romão, José Renato, José Leonardo, Maria Antónia, Eleutério Assis, João Patrício, Manuel Patrício, José Pedro, Domingos Fortunato, Maria Teresa, João Evangelista, Maria Cristina, José Eurico, Maria Cândida, José Martinho, Beatriz Laurentina, Maria Gorete, Maria Olívia, Adelaide da Conceição, Lucinda Germana, Manuel José, Maria de Fátima, João Manuel, João de Assunção, José Honrado, Manuel da Conceição, Evangelista Lourenço, João Batista, Maria de Jesus, José da Cruz, Henrique Quirino, Maria Romana, Maria Amélia, José Eleutério, José Joaquim, António Clemente, Luís da Encarnação, Maria Albertina, António de Assis, Júlio Quirino, José Rogério, Manuel Tomé, José Arnaldo, José Adelino, Gabriel de Jesus, José Boaventura, João Tiago, Manuel Leonardo, José Inácio, José da Luz, André Florêncio, José Eurico, Maria Luzia, João Luís, Maria da Luz, Maria Odete, José Carlos, António Heliodoro, Maria Leonor, Gil Raimundo, João Bonifácio, Manuel António, Beatriz Catarina, Maria Lúcia, Maria da Piedade, Francisco Faustino, José Paulo, Manuel Valentim, José Salvador, António Moisés, Maria Juvelina, José de Jesus, Maria Beatriz, José Manuel, José António, Maria Vitalina, José Abel, Maria Lígia, José Horácio, Maria Idalina, Dina Maria, Manuel Florentino, Manuel de Jesus, Cristina Marta, José Luís, Maria Felisbela, José Frutuoso, José Pedro, Ana Maria, Agostinho Américo, Maria Ilda, Maria Isilda, Manuel Marino, António Ferdinando, Maria Filomena, Maria Manuela, Isabel de Fátima, Luís José, João Leonel, Maria Fátima, Maria Benta, José Jacinto, Manuel David, João Cecílio, Maria Laurinda, Maria Elisa, Maria Brígida, Maria Lina, António Teófilo, Silvana Conceição, Maria Gini, Maria Zélia, João José, João Carlos, José Luciano, José Simplício, Maria Zina, Maria Natália, Manuel Serafim, Maria da Paz, João da Cruz, Maria Paulina, Lina Maria, António de Jesus, Maria dos Anjos, Maria Paz, Maria Goreti, Maria Isaltina, Agostinho Tolentino, Maria Glória, António Alexandre, Manuel Rufino, Maria Rosa, Francisco Silvino, Maria Delia, Manuel Cândido, Maria Laurentina, Maria Lourdes, António Miguel, Carlos Alberto, António Lídio, Maria Manuela, José Miguel, Carmina da Encarnação (este poderá ser já um segundo nome), Fátima da Conceição (combinação de duas invocações religiosas de Maria), João Joaquim, Maria Bernardete, Maria Beatriz, Maurília Libânia, Jesuína Cândida, Merita da Conceição, Maria dos Reis, José Avelino, Maria Gui, Maria Irene, Manuel da Vera Cruz (de Cristo, complemento do nome religioso), Maria

Verónica, Frederico da Paixão (de Cristo, complemento religioso do prenome), *Emanuel José* (combinação de um dos nomes de Cristo com o de S. José), *José Nélio, Maria Clara*. Excecionalmente, ocorrem dois nomes femininos compostos por três prenomes: *Maria Catarina Luísa* e *Maria Natália da Graça* (complemento determinativo do nome, sendo *Graça* um prenome de origem religiosa que passa a ser também um nome de família, como muitos outros).

A maior parte dos prenomes femininos compostos são nomes marianos, cujo primeiro elemento da composição é *Maria*, sendo uma invocação de Nossa Senhora (*Maria da Conceição*) ou o nome de uma santa (*Beatriz, Maria Madalena*) ou o segundo elemento da composição é claramente religioso (*da Paz, de Jesus, de Assis*) e ainda ocorrem nomes indiretamente religiosos, que nos remetem para o céu – *Celeste/Celestina*. Alguns dos prenomes masculinos compostos também são religiosos como *João Batista* ou o segundo elemento é claramente religioso como *Bento, Assis, de Assunção, da Cruz, da Luz* e mesmo *Clemente*. Os nomes religiosos, inicialmente fixos, como *Maria da Conceição* e *João Batista*, começam a ocorrer também como elementos livres, noutras combinações como *Adelaide da Conceição*. O nome *José* também é religioso (de S. José), sendo frequente na composição de nomes masculinos como *José Agostinho*, mas também femininos, *Maria José*. Podemos dizer o mesmo do nome *João* (de S. João) e *Manuel* (de *Emanuel*), que encontramos combinados em *João Manuel*. Com o passar dos anos, ao mesmo tempo que se desenvolve o uso de prenomes compostos, há registo de uma maior diversidade de nomes próprios, sobretudo femininos, como *Algerina, Bernardete, Délia, Gini, Gorete, Gui, Irene, Maurília Libânia, Nazaré, Odete, Zina*, com ou sem o primeiro elemento *Maria*. Alguns prenomes passam a ser utilizados em múltiplas combinações, com variantes de nomes com e sem a preposição *de*, como *Maria de Fátima* e *Maria Fátima* e *Maria da Paz* e *Maria Paz*. Salientamos também o facto de o nome religioso *Fátima* ocorrer numa nova composição – *Isabel de Fátima*, assim como *da Conceição* em *Carmina* (em vez de *Maria*) *da Conceição*.

A atribuição dos prenomes, no período em estudo, está em consonância com a legislação portuguesa do nome nos seus inícios, ou seja, após a República, que ainda assenta na tradição religiosa, como menciona Castro (2001: 4):

«O código do registo civil de 1911 estipulava (art. 143.º) que o nome próprio pode ser escolhido nos diferentes calendários religiosos, nesse aspeto prosseguindo uma tradição antiga que Leite de Vasconcelos reconhecia: “Sendo os portugueses, como são, povo católico, ninguém se admirará de que eles vão muitas vezes à religião escolher nomes” (Vasconcelos 1928, p. 84). O código admitia ainda que fossem usados os nomes de personagens conhecidas na história, prática tradicional igualmente registada pelo Doutor Leite de Vasconcelos. (...) o que o código de 1911 exclui é que possam servir de nome próprio os nomes de família, bem como os de “cousas, qualidades, animais ou análogos”. (...) O código salazarista de 1932 (art. 242.º) mantém intactas as mesmas disposições, com uma única diferença: deixam de poder ser dados nomes que envolvam referência política. O código de 1958 (art. 123.º) adiciona às restrições uma que pode ser entendida como reação ao cosmopolitismo crescente da sociedade, já que até então não parecera necessária: “Os nomes próprios devem ser portugueses”, sem precisar o que por tal se entende. Isso mantém-se no código de 1967 (art. 130.º), mas condimentado por importantes concessões aos nomes estrangeiros.»

A questão dos prenomes estrangeiros parece não se colocar nos dados recolhidos, visto tratar-se de uma reduzida área geográfica rural dentro da Ilha da Madeira. Sobre os nomes de família, Castro (2001: 2) refere diferentes visões sobre a importância destes na cadeia antroponomástica dos nomes dos indivíduos e no repertório onomástico da Língua Portuguesa:

«o nome de família ou apelido é um dos vocábulos que ocupam as posições finais na sequência de nomes, com funções simultaneamente conjuntivas e separativas: conjuntivas porque identificam todos os indivíduos que pertencem e pertenceram a uma mesma família, e separativas, pois os distinguem de todos os que não pertencem a essa família, muito especialmente se são portadores do mesmo nome próprio. Mas outros acham que o nome de família tem tudo a ver com a história destes, alguns têm da história uma visão essencialmente genealógica, reconhecendo no nome um bem que é transmitido entre as gerações pertencentes a uma linhagem consanguínea, que pode ser reclamado como qualquer outra peça do património familiar e que, dentro da lógica da posse de bens, deve ser conservado intacto e, quando possível, aumentado por acumulação. Esta visão é favorecida por quem pertence à aristocracia ou a ela gostaria de pertencer, pois só os nomes das famílias desse setor da sociedade possuem registo suficientemente antigo para serem avaliados quanto à sua perdurabilidade. No entanto, há outros modos de apreciar a existência histórica do nome de família: a uma visão mais social da história não escapará o interesse da perda da função patronímica de nomes como Henriques, ou a distribuição regional de certos apelidos, especialmente se

forem resultantes de nomes de profissão ou de alcunhas, ou do facto muito ignorado de inúmeros portugueses terem chegado ao século XX sem disporem de qualquer nome de família. Por mim, sou dos que preferem ver os nomes próprios e os apelidos como unidades linguísticas, vocábulos de gramática difícil, de etimologia talvez não tão problemática, que merecem de linguistas e gramáticos uma atenção mais assídua e diversificada que aquela que têm recebido.»

Desta citação, relevamos o contraste existente entre os nomes de família dos aristocratas, possuidores de terras e com protagonismo social, face, muitas vezes, à ausência de apelidos nas camadas mais pobres da sociedade, para os quais só a sobrevivência é premente. No levantamento dos nomes de família efetuado, apenas alguns descendentes que viajam com os pais surgem sem nome de família, todos os outros têm pelo menos um segundo nome.

Quanto aos nomes de família compostos, apercebemo-nos de que a tendência inicial é registar apenas o apelido do pai e, depois, também o da mãe, que o antecede (ao contrário do sistema antroponímico espanhol, em que o nome de família paterno surge primeiro porque são os primeiros e não os últimos apelidos que passam para os filhos). Contudo, há exceções, como é o caso do nome do primeiro indivíduo da freguesia de Água de Pena a quem foi atribuído passaporte no ano de 1955, com o nome de família *de Freitas Joaquim*, em que o primeiro elemento da composição será provavelmente da mãe e *Joaquim* do pai, sendo um prenome que terá passado a ser também apelido. Como já foi referido, com o passar dos anos, cada vez mais, é documentada a ocorrência de segundos e terceiros nomes, que seguem os prenomes, tendencialmente, compostos ou complexos dos indivíduos. Assim, são atestadas as seguintes combinações de nomes de família: *Fernandes Belo*, *de Sousa de Jesus* (este último terá começado por ser um elemento religioso de composição de prenomes, tanto masculinos como femininos, passando depois também a nome de família), *de Jesus Freitas* e *Jesus Freitas* (irmãos, sendo que no nome feminino perde a preposição *de*), *de Jesus de Freitas* (com duas preposições *de*, não sendo aparentemente da mesma família), *de Freitas Monteiro*, *Ferreira de Freitas*, *Teixeira Dias*, *Rodrigues Carregador* (alcunha proveniente de nome de profissão), *Freitas da Paixão* (de Cristo, nome religioso), *Moniz Pires*, *de Freitas Branco* e *Freitas Branco* (sem a preposição *de*), *de Freitas Oliveira* e *Freitas Oliveira* (sem a preposição *de*), *de Freitas Carvalho*, *Rodrigues Valério* (prenome

que é também nome de família), *Dias de Freitas*, *Fernandes dos Santos*, *Nunes Vieira*, *de Freitas Olival*, *Carvalho Dias*, *Alves de Sousa*, *Alves Dias*, *Fernandes Dias*, *Vieira Carlos* (mais um prenome que passou a apelido), *Dias de Mendonça*, *Ferreira Nunes*, *Vieira Rodrigues*, *Oliveira da Câmara*, *da Costa Andrade*, *Gonçalves Correia*, *Vieira de Sousa*, *Belo de Aguiar*, *Pestana Coelho*, *Nunes de Nóbrega* e *Nunes Nóbrega* (sem a preposição *de*), *de Sousa Nunes*, *Vieira de Freitas*, *de Freitas Pereira*, *Nunes Teixeira*, *Vieira Teixeira*, *de Freitas Coelho*, *Freitas Catanho*, *Carvalho de Vasconcelos*, *de Vasconcelos Belo*, *Oliveira da Costa*, *Mendonça Coelho*, *Gonçalves Nunes*, *Freitas Machado*, *Correia de Freitas*, *Nunes de Viveiros*, *de Viveiros Melim*, *Branco Dias*, *Vieira Prazelo*, *Alves Bisca*, *de Freitas e Sousa* (ocorrência do elemento *e* como ligação entre os dois nomes de família que compõem o nome do indivíduo) e *de Freitas Sousa* (sem o elemento gramatical de ligação *e*), *Dias Rodrigues*, *Rodrigues Vieira*, *Oliveira da Câmara*, *Nunes Coelho*, *de Sousa Jardim*, *Franco Fernandes*, *Nunes de Oliveira*, *Rodrigues Correia*, *de Freitas Nunes*, *Fernandes Correia*, *de Sousa Nunes*, *Dias de Freitas*, *Nunes Sabido*, *Vasconcelos Branco*, *Vieira Praguêl*, *dos Santos Vieira*, *Ferreira Nunes*, *Saldanha Melim*, *Vieira de Freitas*, *Vieira Carvalho*, *Freitas Rodrigues*, *de Sousa Vieira*, *Pereira Carvalho*, *Branco Dias*, *Dias Alves*, *de Freitas Spínola*, *Nunes de Mendonça*, *de Freitas Correia*, *Rodrigues Ferreira* e *Roiz* (abreviatura de *Rodrigues*, na mesma família) *Ferreira*, *Pestana e Sousa* (com o elemento de união *e* entre os dois nomes de família), *Carvalho de Vasconcelos*, *Roiz Carregador*, *de Olival Rodrigues*, *de Sousa Oliveira*, *Dias de Abundança*, *da Conceição* (aqui será já nome de família e não prenome) *Vieira*, *de Mendonça Coelho*, *Pestana Coelho*, *Vieira Cardoso*, *Faria de Freitas*, *Macedo Gomes*, *Carvalho de Sousa*, *Rodrigues dos Santos*, *Fernandes de Freitas*, *de Olival Rodrigues*, *de Freitas Centauro*, *Sousa Carvalho*, *de Freitas Nunes*, *Belo Vieira*, *Fernandes Vieira*, *de Mendonça Coelho*, *de Sousa Jardim*, *de Freitas Dias*, *Branco Nunes*, *Mendonça Câmara*, *Dias Rodrigues*, *Roiz Correia*, *de Freitas Correia*, *Saldanha de Melim* e *Saldanha Melim* (sem a preposição *de*), *de Freitas Joaquim*, *Alves de Bisca* (aqui, a preposição *de* poderá surgir por analogia com os nomes geográficos), *de Sousa Carvalho*, *Nunes da Câmara*, *Vieira de Jesus*, *Andrade Fernandes*, *Freitas Rodrigues*, *Ferreira Jorge* (sendo este primeiramente um prenome), *Sousa Ferreira* e *de Sousa Ferreira* (sem *e* com preposição *de* na mesma família),

Freitas Rosário (nome de origem religiosa, sendo primeiramente um prenome), *Pereira Pires*, *Vieira Prageles*, *Coelho de Correia* (aqui a preposição *de* parece indicar que *Correia* é um nome geográfico) e *Coelho Correia* (sem a preposição *de*, em irmãos respetivamente mais velho e mais novo), *Correia Freitas*, *da Silva Carvalho*, *Sousa e Freitas* e *Sousa Freitas* (na mesma família), *Oliveira de Vasconcelos*, *Nunes de Freitas*, *de Freitas Rodrigues*, *de Castro Ferreira*, *de Sousa Saldanha* e *Sousa Saldanha* (na mesma família), *Mendonça Coelho*, *Olival Dias*, *Gonçalves Ribeiro*, *Baptista Viveiros*, *Oliveira Câmara*, *Nunes Pereira*, *Carvalho Freitas*, *de Sousa Freitas*, *de Freitas Pereira*, *de Mendonça Quintal* e *Mendonça Quintal* (na mesma família), *Teixeira Coelho*, *Vieira de Olival*, *Ferreira de Nóbrega*, *Alves Correia*, *de Freitas Dias*, *Branco Dias*, *Belo Relva*, *Belo Rodrigues*, *de Sousa Júnior*, *de Gouveia e Sá*, *Teixeira de Freitas*, *Rodrigues de Oliveira*, *Joaquim Júnior*, *Dias Oliveira*, *Pires Vieira*, *Pereira Vieira*, *Nunes Perestrelo*, *dos Santos Petito*, *da Paixão Marques*, *dos Santos Felisberto*, *de Araújo Mendonça*, *dos Santos Carvalho*, *de Jesus de Sousa*, *de Sousa Freitas*, *de Sousa Ribeiro*, *Branco Gonçalves*, *Vieira Rodrigues*.

Excecionalmente, em 1955 e 1956, são averbados dois quartos nomes na cadeia antroponímica de indivíduos masculinos, respetivamente em *Nunes Pereira de Freitas* e em *Nunes Freitas Pereira* (neste último caso, sem registo da preposição *de* antes de *Freitas*, sendo que a ordem diferente dos apelidos na composição do nome indica pertencerem a famílias distintas). Em 1956, encontramos ainda um indivíduo com um quarto nome, em *de Freitas França Fernandes*. Em 1957, é documentado um outro indivíduo masculino com um quarto nome, *Dias Fernandes Belo*, em que percebemos claramente que *Dias* é o nome de família da mãe e *Fernandes Belo* um apelido composto do pai, que funciona como unidade antroponímica. Em 1958, temos um quarto nome de um indivíduo masculino, em *Carvalho Patudo Júnior*, em que o terceiro nome é uma alcunha que parece indicar uma característica física de um ascendente, tendo o filho o mesmo nome que o pai, daí a necessidade do último nome *Júnior*, no seu registo, para distingui-lo do pai). No mesmo ano, ocorre um nome feminino também com um quarto nome, *Fernandes Belo de Aguiar*, em que temos a unidade antroponímica composta *Fernandes Belo*, seguida do nome do pai ou do marido (por ser uma mulher casada). No ano 1960, encontramos um indivíduo do sexo feminino com um quarto nome na cadeia antroponímica, *Fernandes Belo*

Pereira, em que, mais uma vez, temos como nome de família a unidade composta *Fernandes Belo*, nome da mãe ou do pai, no caso do último nome *Pereira* ser do marido (por ser uma mulher casada). Em 1961, um indivíduo do sexo feminino, com um prenome composto, apresenta, na cadeia antroponímica, um quarto nome, *de Jesus Coelho Jardim*, em que o apelido *Jardim* é o nome de família do marido que a acompanha. No ano de 1962, uma mulher integra igualmente um quarto nome, em *de Sousa Freitas Coelho*. Por ser casada, este último provavelmente será o nome de família do marido.

Em 1963, um indivíduo do sexo masculino tem também um quarto nome, *Nunes de Freitas Pereira*, o que parece ser cada vez mais comum, coexistindo com o aumento da variedade ou diversidade dos nomes de família documentados nestes registos. Em 1964, aferimos a ocorrência de um quarto nome na cadeia antroponímica de um homem com um prenome composto, em *Carvalho Nunes Maio*, em que o último nome é claramente uma alcunha relativa a alguma circunstância ou episódio de vida. No mesmo ano, temos um quarto nome na cadeia antroponímica de um indivíduo do sexo masculino com um prenome simples, em *de Freitas Pombo Júnior*, em que o último nome surge para distingui-lo do pai, que teria o mesmo nome, terminado com o apelido proveniente da alcunha *Pombo*. Ainda em 1964, é atestado um quarto nome em *Fernandes Belo França*, em que, mais uma vez, *Fernandes Belo* parece ser uma unidade antroponímica composta, à qual se associa o último nome *França* (do pai ou do marido, visto ser uma mulher casada). Também outro homem apresenta, na sua cadeia antroponímica, um quarto nome em *de Sousa Vieira Centauro*.

Em 1965, temos um caso concreto em que os nomes da família da mãe são *Fernandes Belo* (não havendo associação do apelido do marido) e uma filha recebe o último nome da mãe, *Belo* (desfazendo a unidade antroponímica *Fernandes Belo*) e *Vieira* do pai, sendo *Belo Vieira*, enquanto o filho com prenome composto masculino é *Freitas Belo Vieira*, sendo claramente *Vieira* o nome do pai, mas o *Freitas Belo* deveria ser *Fernandes Belo*, podendo ser um lapso do registo no livro de passaportes. Na mesma família, uma outra filha com um prenome feminino composto tem como nomes de família *Fernandes Vieira*, com o primeiro apelido da mãe *Fernandes*, em vez do último *Belo*, separando a unidade antroponímica composta *Fernandes Belo*, o que mostra uma certa

irregularidade na atribuição dos nomes de família aos indivíduos. Isto acontece a par dos nomes de família de um indivíduo do sexo masculino, *Mendonça Câmara*, casado com uma mulher de prenome simples e tendo um só apelido, *Rodrigues*, cuja filha tem um prenome composto, seguido dos nomes *Rodrigues de Mendonça Câmara* (recebendo o nome de família composto do pai, juntamente com o da mãe). Por sua vez, os dois filhos mais novos do casal, ambos do sexo masculino, com um prenome simples, apresentam apenas um segundo e terceiro nomes, *Rodrigues Câmara*. Em 1966, uma mulher casada com os apelidos *Freitas Oliveira* obtém o passaporte juntamente com os três filhos, todos com um quarto nome na cadeia antroponímia, *Oliveira Fernandes Belo* ou *Oliveira Friz* (abreviatura de *Fernandes*) *Belo*, em que *Oliveira* é o nome de família da mãe, sendo seguido da unidade antroponímica *Fernandes Belo* do pai (aqui não desmembrada). Em 1967, encontramos um quarto nome na cadeia antroponímica de uma mulher casada, *Vieira Coelho Rodrigues*, em que o último nome certamente será o do marido, que se junta ao do pai e da mãe. No entanto, segue-se a esta uma mulher solteira com um prenome composto e com um quarto nome, *Nunes Pereira de Freitas*, sendo que, neste caso, o último apelido não pode ser atribuído ao marido. Ainda em 1967, é averbado o nome de uma mulher casada com um quarto nome, *de Freitas de Sousa Coelho*, cujos filhos (que a acompanham) são *Coelho (de) Correia*, verificando que *Coelho* não é o nome de família do marido, mas provavelmente um apelido composto do pai dela (*de Sousa Coelho*, nome geográfico mais alcunha), passando para os filhos o último nome *Coelho*, ao qual se junta *Correia* do marido.

Em 1968, é atestado um quarto nome na cadeia antroponímica de uma mulher jovem e casada, que viaja sozinha para a África do Sul, em *Rodrigues Vieira Nóbrega*, podendo este último apelido ser o nome de família do marido. No mesmo ano, temos um indivíduo do sexo masculino com um prenome simples seguido de um segundo, terceiro e quarto nomes, *de Sousa Freitas Branco*, em que ocorre a unidade antroponímica composta *Freitas Branco*, nome de família recorrente, neste caso do pai que se junta ao da mãe *de Sousa*. Este é acompanhado do irmão mais velho com um prenome complexo, seguido apenas do nome do pai *de Freitas Branco*, o que prova que nem sempre o nome de família da mãe passava para os filhos. Encontramos ainda uma mulher casada com um prenome composto, ao qual se juntam os nomes de família *Nunes Maio*

Joaquim Sousa, sendo que o quinto e último nome provavelmente provém do marido. Em 1969, ocorre o registo de uma mulher casada com um prenome simples e um segundo, terceiro e quarto nomes, *Gonçalves Felisberto Ribeiro*, sendo o último apelido do marido, uma vez que os três filhos que a acompanham, com prenomes complexos, têm como nomes de família *Gonçalves* da mãe (e não *Felisberto*) e *Ribeiro* do pai. No mesmo ano, é averbado o nome de uma mulher casada com o nome de família *Fernandes Belo*, que é acompanhada de dois filhos: o filho tem um prenome composto e um segundo e terceiro nomes, *Ferreira de Nóbrega*, enquanto a filha (também com um prenome composto) apresenta segundo, terceiro e quarto nomes, *Belo Ferreira Nóbrega* (sem a preposição *de*). Podemos constatar que *Ferreira de Nóbrega* parece constituir uma unidade antroponímica composta do nome de família do pai, que se junta ao último apelido da mãe, desmembrado da unidade antroponímica *Fernandes Belo*. Ainda em 1969, encontramos vários antropónimos com um quarto nome: uma mulher casada com um prenome composto, *de Vasconcelos Freitas Branco*, em que a unidade antroponímica *Freitas Branco* poderá ser do pai ou do marido; um indivíduo do sexo masculino *da Câmara Fernandes Belo*, em que, mais uma vez, temos a unidade antroponímica *Fernandes Belo* do pai, que segue o nome da mãe *da Câmara*; uma mulher jovem e casada com um prenome composto e um segundo, terceiro e quarto nomes, *de Sousa Menezes Pires*, em que provavelmente o último nome é do marido.

No ano de 1970, está documentado o nome de uma mulher casada, com um prenome complexo seguido dos nomes de família *Alves Moniz*, que viaja com uma filha, cujo prenome simples é seguido de um segundo, terceiro e quarto nomes, *Alves Moniz Berenguer*, em que *Alves Moniz* constitui uma unidade antroponímica recebida da mãe à qual se junta o apelido do pai, *Berenguer*. Segue-se o nome de uma mulher jovem e solteira com um prenome composto, ao qual também se juntam um segundo, terceiro e quarto nomes, *Carvalho Fernandes Belo*, em que ocorre a unidade antroponímica *Fernandes Belo* do pai. No mesmo ano, encontramos um casal em que o marido apresenta um prenome e um nome de família simples, *Perestrelo*, contrastando com o nome da mulher, constituído por um prenome complexo, seguido dos nomes de família *de Freitas Oliveira Perestrelo*, em que podemos confirmar o último apelido ser do marido. Acontece o mesmo com o casal seguinte: o marido tem um nome de família

simples, *de Sousa*, e a mulher (que o acompanha) é *Rodrigues Fernandes Sousa*, sendo o último nome do marido.

Assinalamos, ainda, no mesmo ano, o registo dos nomes de dois irmãos muito pequenos, de 5 e 4 anos, que parecem viajar sem familiares para a Venezuela: uma menina de prenome composto, seguido de segundo, terceiro e quarto nomes, *Pereira Fernandes Belo*, e o irmão, também com um prenome complexo, *Freitas Fernandes Belo*, em que o segundo nome não coincide nos dois indivíduos, correspondendo ao nome de família da mãe, sendo o do pai posposto como último nome composto, *Fernandes Belo*, na medida em que funciona como uma unidade antroponímica fixa. Encontramos ainda uma mulher casada, com um segundo, terceiro e quarto nomes, *de Freitas Oliveira Teixeira*, que viaja sozinha, certamente para se juntar ao marido, cujo último apelido será o nome de família dele. Uma outra mulher, também casada, *de Sousa Branco Gonçalves*, viaja com dois filhos, ambos com prenomes compostos, seguidos dos nomes de família *Branco Gonçalves*, revelando o último apelido ser o nome de família do marido. Estes dados mostram como os nomes das mulheres, que inicialmente eram muito simples e reduzidos, se tornam cada vez mais complexos e extensos, sobretudo com a adição dos apelidos dos maridos.

Sublinhamos a ocorrência do registo de formas abreviadas dos nomes de família, características da Idade Média: *Roiz*, abreviatura de *Rodrigues*, e *Friz*, redução do nome *Fernandes*, nos antropónimos mais extensos com prenomes compostos, como segundo ou terceiro nomes, podendo ainda ser seguidos de um quarto nome. Se compararmos estes dados com os dos nomes de família luso-brasileiros coletados nas cidades de Lisboa e de S. Paulo (Brasil), a partir das respetivas listas telefónicas (em 2004-2005), por Castro (2017), verificamos que, apesar da restrita área geográfica rural da nossa amostra, os apelidos mais representados são semelhantes: *Silva*, *Santos*, *Pereira*, *Sousa*, *Ferreira*, *Oliveira*, *Costa*, *Rodrigues*, *Almeida*, *Fernandes*, entre outros. As principais diferenças são sobretudo o apelido *Silva*, o mais frequente nas duas metrópoles, que não é corrente no *corpus* em estudo, assim como *Almeida*. No que se refere aos prenomes mais comuns, nas duas cidades, são: *Maria*, *José*, *António*, *Manuel* e *João*, o que mostra o carácter conservador da transmissão dos nomes próprios, não obstante ocorrerem inovações nos repertórios antroponomásticos com o passar das décadas.

Se olharmos para a legislação atual, nomeadamente o decreto-lei n.º 131/95, de 6 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 36/97, de 31 de janeiro, no texto do artigo 103.º, sobre a “composição do nome”, vemos que o nome completo de um indivíduo deve compor-se, no máximo, de seis vocábulos gramaticais, simples ou compostos, dos quais só dois podem corresponder ao nome próprio e quatro a apelidos. Estes são escolhidos entre os que pertençam a ambos ou só a um dos pais do registando ou a cujo uso qualquer deles tenha direito, podendo, na sua falta, escolher-se um dos nomes por que sejam conhecidos. Ou seja, ainda hoje, não é obrigatório que, na composição do nome de um indivíduo registado em Portugal, sejam atribuídos os últimos apelidos do nome da mãe e do pai como nomes de família, havendo liberdade nessa escolha.

Os agregados familiares

Os antropónimos dos migrantes de Água de Pena apresentam uma grande riqueza e diversidade e mesmo uma nítida evolução na sua composição ao longo do tempo, no período estudado, o que é visível sobretudo nos passaportes concedidos a agregados familiares. Assim, começamos por apresentar, na tabela nº 2, a quantificação dos dados recolhidos por agregados familiares, em que temos casais com e sem filhos (no caso dos mais jovens).

Tabela nº 2 – Quantificação dos dados por casais

Anos	casais	idades	profissões	filhos	idades	profissões	destinos
1955	1	22-23	Pedreiro e doméstica	-	-	-	Brasil
1956	1	33-31	Trabalhador agrícola e doméstica	-	-	-	Brasil
1957	1	59-56	Trabalhador agrícola e doméstica	3	19-16-12	domésticas -	VE

1958	1	60-46	Trabalhador agrícola e doméstica	-	-	-	Brasil
	1	64-56	Carregador e doméstica	1	18	-	Brasil
1959	-	-	-	-	-	-	-
1960	-	-	-	-	-	-	-
1961	-	-	-	-	-	-	-
1962	-	-	-	-	-	-	-
1963	1	34-26	agricultor e doméstica	2	2-10 m	-	Brasil
	1	63-59	agricultor e doméstica	1	18	agricultor	Brasil
	1	48-45	agricultor e doméstica	2	30-17	doméstica e agricultor	VE
1964	1	59-52	agricultor e doméstica	1	15	Agricultor	VE
	1	24-19	trabalhador agrícola e doméstica	-	-	-	ZA
1965	1	33-32	agricultor e doméstica	-	-	-	GB
	1	54-56	agricultor e doméstica	3	17-14-13	doméstica	Brasil
1966	-	-	-	-	-	-	-
1967	1	26-26	agricultor e doméstica	2	3-2	-	VE
	1	40-41	pedreiro e doméstica	2	13-10	-	Brasil
	1	60-64	trabalhador agrícola e doméstica	-	-	-	CA
1968	-	-	-	-	-	-	-

1969	1*	33-34	trabalhador agrícola e doméstica	3	8-6-3	-	VE
	1	66-66	motorista e doméstica	1	38	Doméstica	VE
	1	55-58	agricultor e doméstica	2	23-18	Domésticas	VE
	1**	61-59	proprietário e doméstica	-	-	-	vpE
1970	1	66-71	agricultor e doméstica	-	-	-	CA
	1	33-30	trabalhador agrícola e doméstica	4	7-6-4-11 m	-	VE
	1	27-26	agricultor e doméstica	-	-	-	GB
	1	30-33	agricultor e doméstica	-	-	-	GB
	1	58-56	aparelhador e doméstica	1	16	doméstica	Brasil

* O homem é natural da Calheta.

** Provavelmente, será um visto para turismo.

O número de casais que emigraram passa de 2 em 1958, 1964 e 1965 e 3 em 1963 e 1967 para 4 em 1969 e 5 em 1970, sendo valores pouco significativos. Nos anos de 1959 a 1962, 1966 e 1968, não foram registados casais, enquanto nos anos de 1955 a 1957 estão documentados um por ano. No que respeita às idades dos casais, temos 12 casais mais velhos: em 6 deles os dois elementos do casal têm mais de 55 anos e nos outros 6 um deles apresenta essa mesma condição. Dos outros 12 casais, 4 estão na casa dos 20 anos, 6 na casa dos 30 (pelo menos um deles) e 2 na casa dos 40 anos. Os homens quase todos são trabalhadores agrícolas e as mulheres domésticas, com exceção de 2 homens pedreiros, 1 carregador, 1 motorista e 1 aparelhador, sendo que um dos

homens idosos (de 61 anos) surge como proprietário, o que não é propriamente um nome de profissão.

Relativamente aos filhos, o maior número é 4 (de um casal de 30 anos), respetivamente de 7, 6, 4 anos e 11 meses. Seguem-se 3 casais com 3 filhos, dois deles com mais de 55 anos e um na casa dos 30 anos, com filhos de 8, 6 e 3 anos. Dos casais com dois filhos, 4 estão na casa dos 30-40 anos, um na casa dos 20 anos e um na casa dos 50 anos, migrando juntamente com as filhas de 23 e 18 anos, solteiras e domésticas. Sem filhos, são 10 casais: 6 na casa dos 20-30 anos, que poderão ainda não ter filhos ou deixá-los ao cuidado dos avós maternos ou paternos; 4 com mais de 55 anos que irão ter com os filhos, possivelmente com carta de chamada para ficarem e não de visita. Os destinos dos casais são sobretudo o Brasil (9) e a Venezuela (8), mas também a Inglaterra (3), o Canadá (2), a África do Sul (1) e vários países da Europa (1).

Seguem-se as tabelas nº 3 e 4, com a quantificação dos dados por mulheres casadas, com e sem filhos, e irmãos que emigram sem os pais.

Tabela nº 3 - Quantificação dos dados por mulheres casadas

Anos	mulheres casadas	idade	profissões	filhos	idades	profissão	destinos
1955	1	34	doméstica	2	2-1	-	Brasil
1956	1	79	doméstica	1	14	doméstica	Brasil
	1	22	doméstica	1	10 m	-	VE
	1	44	engomadeira	1	8	-	VE
1957	1	57	doméstica	1	16	doméstica	Brasil
	1	61	doméstica	1	29	doméstica	Brasil
	1	31	doméstica	3	8-7-4	-	Curaçau
	1	24	doméstica	1	1	-	Brasil
	1	29	doméstica	2	6-4	-	Curaçau
	1	26	doméstica	2	3-1	-	Brasil
1958	1	30	doméstica	2	8-6	-	Brasil
	1	25	doméstica	1	10	-	Curaçau
	1	37	bordadeira	1	6	-	Brasil
	1	28	doméstica	1	2	-	VE
1959	1	36	doméstica	3	13-8-5	-	Brasil
	1	36	doméstica	3	10-8-6	-	Curaçau

	1	35	doméstica	2	10-9	-	VE
	1	24	doméstica	1	1	-	Brasil
	1	21	doméstica	1	1	-	VE
1960	1	28	doméstica	2	6-4	-	Brasil
	1	34	doméstica	1	12	-	VE
1961	1	31	doméstica	1	11	-	VE
1962	-	-	-	-	-	-	-
1963	1	32	doméstica	3	13-10-9	-	VE
	1	21*	doméstica	1*	11*	-	VE
	1	24	doméstica	1	6	-	VE
	1	36	doméstica	2	15-13	agricultor e -	VE
1964	1	34	doméstica	2	11-9	-	VE
	1	47	doméstica	1	10	-	VE
	1	38	doméstica	3	13-12-10	-	ZA
1965	1	42	doméstica	3	16-12-9	doméstica e –	VE
	1	52	doméstica	1	14	-	VE
	1	41	doméstica	3	9-8-6	-	VE
1966	1	52	doméstica	1	19	doméstica	VE
	1	53	doméstica	1	15	-	Brasil
	1	48	doméstica	1	19	doméstica	VE
	1	52	doméstica	1	13	-	VE
	1	28	doméstica	3	7-6-4	-	ZA
1967	1	61	doméstica	1	23	agricultor	VE
	1	58	doméstica	3	32-30-25	domésticas	VE
	1	31	doméstica	2	15-13	-	Brasil
1968	1	32	doméstica	1	4	-	Transvaal
1969	1	62	doméstica	1	18	doméstica	VE
	1	43	doméstica	3	9-6-4	-	ZA
	1	45	doméstica	1	13	estudiante	US
	1	28	doméstica	2	5-4	-	GB
	1	30	doméstica	2	9-6	-	ZA

	1	42	doméstica	3	16-14-11	doméstica, estudante e -	VE
1970	1	22	doméstica	1	8 m	-	ZA
	1	56	doméstica	1	14	agricultor	GB
	1	55	doméstica	1	16	doméstica	GB
	1	54	doméstica	3	18-16-13	domésticas e -	VE
	1	41	doméstica	4	15-13-11-7	estudante e -	Rodésia
	1	26	doméstica	2	1-8 m	-	GB

* Devido à idade da mulher e da criança, poderá ser um irmão e não filho.

Os dados quantitativos das mulheres casadas que viajam com filhos, sistematizados na tabela nº 3, mostram que estas são os grupos mais frequentes, sendo que apenas no ano de 1962 não foi registado nenhum grupo. Como podemos ver, destacam-se os anos de 1957, 1969 e 1970 com seis grupos de mulheres que obtêm passaportes juntamente com os filhos para se juntarem aos maridos nos respetivos países de destino. Seguem-se os anos de 1959 e 1966 com 5 grupos, os anos de 1958 e 1963 com 4 grupos e os anos de 1956, 1964, 1965 e 1967 com 3 grupos.

Todas as mulheres são domésticas de profissão com exceção de uma que é engomadeira. Apenas uma mulher de 41 anos, em 1970, viaja com 4 filhos, respetivamente de 15, 13, 11 e 7 anos, indo para a Rodésia. 12 mulheres viajam com 3 filhos e vão para o Curaçau, o Brasil, a Venezuela e a África do Sul. Com 2 filhos, são também 12 as mulheres que viajam para o Brasil, o Curaçau, a Venezuela, a Inglaterra e a África do Sul. As restantes 28 mulheres viajam apenas com um filho. Quanto aos homens casados que viajam com filhos, são uma exceção, tendo sido documentado apenas um agricultor, no ano de 1958, com 45 anos, que vai para a Venezuela com um filho de 14 anos, também com a profissão de agricultor. Seguem-se os dados quantitativos dos irmãos que viajam sozinhos, na tabela nº 5 abaixo.

Tabela nº 4 - Quantificação dos dados por irmãos sem pais

Anos	irmãos	idades	profissões	filhos	idades	profissões	destinos
1955	-	-	-	-	-	-	-
1956	-	-	-	-	-	-	-
1957	2	19-16	bordadeira e trabalhador agrícola	-	-	-	Brasil
1958	2	16-14	doméstica e trabalhador agrícola	-	-	-	Brasil
	2	23-18	trabalhadores agrícolas	-	-	-	VE
1959	-	-	-	-	-	-	-
1960	2	17-15	-	-	-	-	Brasil
1961	-	-	-	-	-	-	-
1962	-	-	-	-	-	-	-
1963	3	17-15- 13	agricultores	-	-	-	VE
1964	2	15-14	agricultores	-	-	-	ZA
	2	12-9	agricultor e -	-	-	-	VE
	2	20-13	doméstica e -	-	-	-	VE
	2	12-10	-	-	-	-	VE
	3	14-12- 6	-	-	-	-	França
1965	2	18-11	doméstica e -	-	-	-	VE
1966	-	-	-	-	-	-	-
1967	-	-	-	-	-	-	-
1968	4	20-17- 15-11	domésticas e –	-	-	-	VE
	2	18-16	agricultores	-	-	-	CA
	3	18-15- 11		-	-	-	ZA

			doméstica, trabalhador agrícola e -				
1969	-	-	-	-	-	-	-
1970	2	5-4	-	-	-	-	VE

Como podemos ver, em 1957, apenas é averbado um grupo de 2 irmãos com 19 e 16 anos: uma bordadeira e um trabalhador agrícola, que vão para o Brasil. No ano seguinte, são 2 grupos de 2 irmãos que vão para a Venezuela e o Brasil. Em 1960, um grupo de dois irmãos, de 17 e 15 anos, vão para o Brasil e, em 1963, um grupo de 3 irmãos (de 17, 15 e 13 anos) agricultores tem como destino a Venezuela. No ano de 1964, temos 5 grupos de irmãos, 4 de 2 irmãos e um de três, entre os 6 e os 20 anos, os rapazes agricultores e as raparigas domésticas, que vão para a Venezuela, a África do Sul e a França. Em 1965, apenas um grupo de dois irmãos, de 18 e 11 anos, viajam para a Venezuela, enquanto em 1968 são três grupos: respetivamente de 4, 2 e 3 irmãos, entre os 11 e os 20 anos, as raparigas domésticas e os rapazes trabalhadores agrícolas, cujos destinos são a Venezuela, o Canadá e a África do Sul respetivamente. No ano de 1970, também apenas é documentado um grupo de dois irmãos, de 5 e 4 anos, que viajam sem familiares para a Venezuela.

Os outros indivíduos, maioritariamente do sexo masculino, que viajam sozinhos, inicialmente são homens casados que vão trabalhar para o Brasil, Curaçau e Venezuela. Depois, são jovens solteiros que, por norma, vão trabalhar com o pai ou que fogem à guerra colonial, sobretudo nos últimos anos, partindo com carta de chamada de familiares. São registadas também mulheres jovens solteiras, nos primeiros anos, sobretudo bordadeiras que vão para o Brasil. Muitas mulheres jovens casadas viajam sozinhas, provavelmente após um casamento feito por procuração, para se juntarem aos maridos nos países de destino. Excecionalmente, algumas mulheres viúvas, geralmente mais velhas, viajam sozinhas (ou com filhas), para irem viver com os filhos já emigrados ou com irmãos. Cada um destes indivíduos, ou agregados familiares, corresponde a um processo de passaporte, onde consta toda a documentação exigida para a emigração e onde é possível consultar as respetivas cartas de chamada e dados pessoais e familiares, o que não coube no âmbito deste trabalho.

Conclusão

Podemos concluir que, no período de 1955 a 1970, os anos de 1957, 1964, 1969 e 1970 são os que registam maior número de passaportes concedidos a residentes na freguesia de Água de Pena, sobretudo do concelho de Machico. Em 1957, o destino de emigração mais procurado é o Brasil, seguido da Venezuela. No ano de 1964, a grande procura é a Venezuela, que se mantém em 1969, embora com decréscimo, enquanto em 1970 o destino mais procurado é a Inglaterra, seguido da Venezuela, com grande redução. Assim, no período estudado, temos à frente a Venezuela, com 243 passaportes, o Brasil com 125 e, a partir de 1966, a afirmação da Inglaterra como novo destino de emigração, com 77 indivíduos.

Os registos dos passaportes concedidos pelo Governo Civil do Funchal também permitem conhecer os nomes próprios (prenomes) e os nomes de família (apelidos ou segundos, terceiros, quartos e mesmo, excecionalmente, quintos nomes) dos migrantes, observando a frequência de prenomes como *Beatriz, João, José, Maria e Manuel*. Assistimos a uma diversificação destes nomes com o passar do tempo, a par da tendência para a formação de prenomes compostos por dois nomes, como *João Manuel* e *Maria José*. Quanto aos nomes de família, verificamos como estes se juntam a partir dos casamentos, inicialmente com registo apenas do nome do pai nos antropónimos dos filhos e, depois, também com o nome de família da mãe na sua composição. Os nomes de família predominantes são: *Freitas, Nunes, Pereira e Vieira*, assim como as composições *Freitas Branco* e *Fernandes Belo*, entre outras. Encontramos algumas alcunhas que já são nomes de família, como *Bisca*, e mesmo um nome de profissão, *Carregador*. Constatamos que os nomes das mulheres, inicialmente muito reduzidos, geralmente formados por um prenome simples e apenas o nome de família do pai, com o passar dos anos tornam-se mais complexos do que os dos homens, por incorporarem prenomes compostos, seguidos dos nomes de família da mãe, do pai e do marido.

Esta documentação, além de nos dar informações sobre a evolução do sistema antroponímico, fornece dados importantes sobre a composição de

agregados familiares, podendo ser usada para outro tipo de estudos como a história da emigração de famílias madeirenses para diferentes partes do mundo. Seria interessante fazer este tipo de levantamento de dados dos Livros de Passaportes do Governo Civil do Funchal para outras freguesias no mesmo período de tempo, de modo a podermos comparar os resultados tanto antroponímicos como de destinos de emigração. Fica por fazer também o mesmo estudo para a mesma e outras freguesias em décadas anteriores e posteriores.

Fontes

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil do Funchal, Livros de registos de passaportes concedidos, 1955-1970, lv.^{os} 1142-1185.

Bibliografia

CASTRO, Ivo, 1987, “A investigação antroponímica em Portugal”, *Actes du 1er. Colloque du Dictionnaire Historique des Noms de Famille Romans* (Trèves, 1987), Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1990, pp. 10-13. Disponível em http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1987_Antroponmia_em_Portugal.pdf (consultado a 23 de março de 2019).

CASTRO, Ivo, 2001, “O nome dos portugueses” (inédito), Conferência no Colóquio Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto. Disponível em http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2001_Nome_dos_Portugueses.pdf (consultado a 23 de março de 2019).

CASTRO, Ivo, 2017, “Sobre Antroponímia Luso-Brasileira (2004-2005)”, *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 313-337.

KREMER, Dieter (coord.), 1997, *Dictionnaire historique de l'anthroponymie romane (PatRom). Présentation d'un projet*, Sonderdruck, Niemeyer.

- MACHADO, José Pedro, 1993, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Livros Horizonte/Confluência.
- NASCIMENTO, Joselin da Silva do, 2009, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Madeira para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Interculturais.
- NUNES, Naidea Nunes, 1996, *Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- NUNES, Naidea Nunes e KREMER, Dieter, 1999, *Antroponímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- NUNES, Naidea Nunes, 2016, “Alcunhas”, *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, Projeto Aprender Madeira. Disponível em <http://aprenderamadeira.net/alcunhas/> (consultado a 23 de março de 2019).
- VASCONCELOS, José Leite de, 1928, *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.